

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA FINÁUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. COM FIANÇA DA FINÁUSTRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito,

FINÁUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo, na Rua Expedicionário Abílio dos Passos, nº 103, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 47.178.918/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “EMISSORA”),

FINÁUSTRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Quirino de Andrade, nº 215, 9º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 03.338.227/0001-30, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada “GARANTIDORA INTERVENIENTE”), e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n 3.333 – Grupo 307-309, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”), representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta Escritura,

Vêm celebrar a presente Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Fináustria Arrendamento Mercantil S.A. com Fiança da Fináustria Participações Ltda. (doravante simplesmente denominada “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. - A presente Escritura é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 29 de setembro de 2000, a qual foi alterada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2000 (as “AGEs”).

1.2. - A Assembléia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a eventual deliberação sobre as seguintes matérias: (a) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; (b) a época e as condições do pagamento da taxa da remuneração e do prêmio de

reembolso, se houver; e (c) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das Debêntures; e (d) o cancelamento das Debêntures não colocadas.

CLÁUSULA II. - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante designadas individualmente por “Debênture” e coletivamente por “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. - Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 1ª emissão pública de Debêntures da EMISSORA será registrada junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada “CVM”) na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76, 6.404 de 15/12/76, 9.457 de 5/5/97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. - Arquivamento e Publicação das Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias

As atas das AGEs que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nºs 224847/00-4 e 228.182/00-1, em sessões de 01.12.2000 e 06.12.2000, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio nos dias 06.12.2000 e 09.12.2000, nos termos do artigo 62, I da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

2.3. - Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, II da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

CLÁUSULA III. - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. - Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto social, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, em todas as modalidades permitidas pelas autoridades competentes definidas na Lei nº 6.099 de 12/9/74, observadas as demais disposições da legislação em vigor.

3.2. - Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da EMISSORA, em série única.

3.3. - Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em série única, na Data de Emissão.

3.4. - Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da presente Emissão serão destinados para o financiamento das operações da EMISSORA e da Fináustria Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento.

3.5. - Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo portanto, atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.6. - Registro da Negociação

As Debêntures serão negociadas junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

3.7. - Certificados de Debêntures

Não serão emitidos Certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.7. desta Escritura.

CLÁUSULA IV. - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. - Das Características Básicas

4.1.1. - Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. - Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. - Número de Séries: A Emissão será feita em série única.

4.1.4. - Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures.

4.1.5. - Data de Emissão: Para todos efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de novembro de 2000 (a “Data de Emissão”).

4.1.6. - Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2003, ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração.

4.1.7. - Forma: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das Debêntures.

4.1.8. – Tipo: As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações.

4.1.9. - Espécie: As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.1.10. – Garantias Adicionais: As Debêntures gozarão ainda de garantia adicional consistente de fiança a ser outorgada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE, qualificada no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga perante os debenturistas, na qualidade de fiadora e principal pagadora da EMISSORA, a garantir solidariamente o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, inclusive acréscimos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretatável para todos os efeitos legais, renunciando desde já a GARANTIDORA INTERVENIENTE benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente Escritura.

4.2. - Atualização do Valor Nominal

O Valor Nominal não será atualizado.

4.3. - Remuneração

4.3.1. - As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal unitário não amortizado, observado o disposto no item 4.3.3. e estabelecidos com base na variação da taxa média diária de depósitos Interfinanceiros over extra-grupo ("CDI"), apurada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), acrescido de *spread* de 0.6% ao ano, calculado exponencialmente, base 360 dias (os "Juros Remuneratórios").

4.3.2. - Para definição do *spread*, foi adotado o procedimento de *bookbuilding* na distribuição das Debêntures, que consiste na verificação junto aos investidores das suas respectivas demandas aos diversos níveis de taxas de remuneração, de modo a se atingir o objetivo de atender ao maior número de investidores com a menor taxa a ser paga pela EMISSORA. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da EMISSORA fixou, em reunião datada de 5.12.2000, a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições desta Emissão que lhe foram delegados na Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou sobre esta Emissão das Debêntures, realizada em 29 de setembro de 2000.

4.3.3. - Os Juros Remuneratórios serão devidos mensalmente, sempre no primeiro dia útil de cada mês, a partir de 01 de junho de 2001.

4.3.4. - A apuração das parcelas de Juros Remuneratórios que deverão ser pagas pela EMISSORA, nas respectivas datas de vencimento destes, será realizada mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left\{ \left[\prod_{i=1}^f (FI_i) \right] \times (S) \right\} - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização;

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início de cada Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^f$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com i variando de 1 até f .

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI_i = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right]; \text{ onde:}$$

CDI_{CETIP} = taxa média diária de depósitos interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator de *spread* calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{dc}{360}} \right]; \text{ onde:}$$

s = *spread* ao ano, definido em procedimento denominado *bookbuilding*, base 360 dias;

dc = número de dias corridos de cada Período de Capitalização;

Define-se:

Período de Capitalização – O período de capitalização acompanhará a amortização das debêntures, sendo que o primeiro período se inicia na Data de Emissão, inclusive, e se encerra em 01 de junho de 2001, exclusive, e os demais períodos se sucedem, iniciando-se na data de encerramento do período anterior, inclusive, e encerrando-se no 1º dia útil de cada mês subsequente, exclusive, até a data de vencimento das debêntures.

4.3.5. Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á para a apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros extra-grupo, de um dia, deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- b) Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos Debenturistas, quanto por parte da EMISSORA;
- c) A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das Debêntures, e ainda, de acordo com os procedimentos abaixo estipulados, e
- d) Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado a taxa ou índice que vier a ser estabelecido em sua substituição. Na hipótese de não ser criada nenhuma taxa/índice, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará os Debenturistas para, reunidos em Assembléia Geral Especial, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado às Debêntures, observadas as normas regulamentares aplicáveis. A EMISSORA deverá ser notificada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO acerca da nova remuneração a ser utilizada. Fica facultado à EMISSORA, todavia, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do recebimento da notificação que lhes for enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação. Caso a EMISSORA opte pelo resgate, terá até 60 (sessenta) dias para realizá-lo, utilizando-se como remuneração a última Taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) divulgada antes de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação. A data efetiva do resgate será comunicada pela EMISSORA quando da notificação de sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO. O pagamento do resgate será feito à vista e acontecerá na data efetiva do resgate.

4.4. - Limite da Emissão

A presente Emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, tendo em vista que, em 18 de outubro de 2000, o capital social integralizado da

EMISSIONA era de R\$ 32.773.003,00 (trinta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil e três reais) sendo esta a 1ª (primeira) emissão de debêntures da EMISSIONA.

4.5. - Subscrição e Distribuição Junto ao Público

4.5.1 - Preço de Subscrição: O preço de subscrição será o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada conforme item 4.3. desta Cláusula, acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.2. - Integralização: As Debêntures deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.5.2.1. - As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6. - Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas conforme o item 4.5.2 em moeda corrente nacional.

4.7. - Amortização Programada

O valor nominal das debêntures será amortizado em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras 29 (vinte e nove) parcelas no valor de R\$ 33,33 (trinta e três reais e trinta e três centavos), e a 30ª e última parcela no valor de R\$ 33,43 (trinta e três reais e quarenta e três centavos), ocorrendo a primeira amortização em 01 de junho de 2001 e as demais no 1º dia útil de cada mês.

4.8. - Das Condições de Pagamento

4.8.1. - Local de Pagamento: Os pagamentos que fazem jus às Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; ou (ii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador, na hipótese de o Debenturista não estar vinculado à CETIP.

4.8.2. - Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados as datas de pagamento de qualquer obrigação até o 1º dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em

que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.8.3. - Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade por parte da EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos à multa convencional, irredutível e não compensatória de 10% (dez por cento), além da Remuneração, caso devida, nos termos da Escritura, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8.4. - Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. - **Comunicações**

4.9.1. - Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nas edições nacionais dos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário do Comércio, e facultado a EMISSORA a publicação no Jornal Valor Econômico, sempre com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.9.2. - Endereçamento: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Fináustria Arrendamento Mercantil S.A.

Endereço: Rua Quirino de Andrade, nº 215, Centro, São Paulo - SP

CEP: 01049-904

Att.: Sr. Moises dos Santos Jardim

Telefone: (11) 3150-2065

Fax: (11) 3150-2503

E-mail: mjardim@finaustria.com.br

Para a GARANTIDORA INTERVENIENTE:

Fináustria Participações Ltda.

Endereço: Rua Quirino de Andrade, nº 215, Centro, São Paulo - SP

CEP: 01049-904

Att.: Sr. Moises dos Santos Jardim

Telefone: (11) 3150-2065

Fax: (11) 3150-2503

E-mail: mjardim@finaustria.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

Endereço: Avenida das Américas, n. 3.333 – Grupo 307-309

CEP: 22631-003

Att. Maurício da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3325-5059

Fax: (21) 3325-5969

E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, aos coordenadores e banco mandatário da presente Emissão pela EMISSORA.

CLÁUSULA V. – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto da presente emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do saldo devedor, acrescida da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 4.3., e dos encargos moratórios se for o caso, na ocorrência de qualquer de um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;

(b) liquidação, intervenção ou decretação de falência da EMISSORA ou da GARANTIDORA INTERVENIENTE;

(c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;

(e) vencimento antecipado de qualquer obrigação da EMISSORA decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, desde que o respectivo credor esteja de qualquer forma exigindo o pagamento da obrigação; e

(f) caso não seja, direta ou indiretamente, mantido o controle do capital votante da EMISSORA e/ou da GARANTIDORA INTERVENIENTE pelo Banco BBA Creditanstalt S.A.

5.2. - As condições constantes desta Cláusula V não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação, em Assembléia, por Debenturistas que detenham no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, especialmente convocados pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA VI. - DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, por decisão de seu Conselho de Administração, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos debenturistas, adquirir antecipadamente Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada conforme item 4.3. acima, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404, de 15/12/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou colocadas novamente no mercado.

CLÁUSULA VII. - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

7.1. - A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, após decorrido o prazo de

180 dias (cento e oitenta) contados da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate total ou parcial das Debêntures em circulação, pelo seu Valor Nominal não amortizado até a data do efetivo resgate, conforme previsto no item Remuneração acima, acrescido de 0,30% (três décimos por cento) a título de prêmio de reembolso. As Debêntures objeto desse procedimento serão obrigatoriamente canceladas.

7.2. - Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado amplamente pela imprensa.

CLÁUSULA VIII. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA INTERVENIENTE

8.1. - A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

(a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a.1) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(a.2) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA, bem como suas respectivas respostas;

(a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;

(a.4) fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.9.1.;

(a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada;

(a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), imediatamente após o seu recebimento;

(a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 10 (dez) dias contados da respectiva data de vencimento;

(a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula V desta Escritura, imediatamente após a sua ocorrência.

(b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404, de 15/12/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;

(d) convocar Assembleia dos Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão nos termos do item 11.1. desta Escritura caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

(e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, quando solicitado;

(h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições

estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;

(k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e

(l) manter seus bens de uso próprio adequadamente seguros, conforme práticas correntes.

8.2. - A GARANTIDORA INTERVENIENTE obriga-se adicionalmente a fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à GARANTIDORA INTERVENIENTE, ou à sua administração com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da GARANTIDORA INTERVENIENTE, bem como suas respectivas respostas;

(b) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(c) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 5.1. (b) e (f) da Cláusula V desta Escritura, imediatamente após a sua ocorrência;

(d) comparecer nas Assembléias dos Debenturistas sempre que for solicitado;

(e) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da GARANTIDORA INTERVENIENTE.

CLÁUSULA IX. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. - Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão objeto desta Escritura, PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. - **Declaração**

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832/90, do Banco Central do Brasil; e

(e) que foi verificada a regularidade da constituição da garantia fidejussória contemplada no item 4.1.10 acima e que, até a data de assinatura deste instrumento, e com base nos balanços patrimoniais de 30 de junho de 2000, descritos no item e.1 a seguir, foi observada a sua eficiência e sua exequibilidade, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83.

(e.1) A situação patrimonial da GARANTIDORA INTERVENIENTE em 30 de junho de 2000 era a seguinte (valores em R\$ milhões):

Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Circulante
132.128.149,26	0,00	134.284.138,97	81.319,74

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. - **Substituição**

(a) Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição.

(b) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

(c) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

(d) A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83, e eventuais normas posteriores.

(e) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.

(f) O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

(g) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

9.4. - Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na

administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

(i) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

(j) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(k) solicitar para a EMISSORA e GARANTIDORA INTERVENIENTE, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA e da GARANTIDORA INTERVENIENTE;

(l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(m) convocar, quando necessário, a Assembléia dos Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, de acordo com o item 4.9.1 desta Escritura;

(n) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(o) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(o.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(o.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(o.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;

(o.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(o.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(o.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(o.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

(o.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e

(o.10) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão;

(p) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(p.1) na sede da EMISSORA;

(p.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;

(p.3) na CVM;

(p.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;

(p.5) na Instituição que liderou a colocação das Debêntures.

(q) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "p";

(r) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

(s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;

(t) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(u) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao Banco Central do Brasil e às Bolsas de Valores onde a EMISSORA tiver seus valores admitidos à negociação, quando for o caso.

9.5. - Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- (c) demandar da GARANTIDORA INTERVENIENTE o pagamento de quaisquer valores devidos pela EMISSORA, com base na fiança prestada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE nos termos da presente Escritura, aplicando o produto no pagamento das obrigações relativas às Debêntures então vencidas, observadas as disposições da Cláusula X abaixo;
- (d) requerer a falência, liquidação ou intervenção da EMISSORA ou da GARANTIDORA INTERVENIENTE, se for o caso; e
- (e) representar os debenturistas em processo de falência, intervenção, liquidação extrajudicial ou concordata da EMISSORA.

9.5.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente eximir-se-á da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do *caput* deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea “e” do item 9.5. acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9.6. - Remuneração

9.6.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, a título de honorários, pelo desempenho de suas atribuições:

- (a) parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM;

(b) as parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período;

(c) a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do AGENTE FIDUCIÁRIO, bem como a participação do AGENTE FIDUCIÁRIO, em assembleias e/ou reuniões de debenturistas, ressaltando inclusive a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: (i) publicações em gerais (exemplos: de edital de convocação de Assembleia dos Debenturistas (“AD”) / de publicação de atas de AD / de anúncio comunicando que o relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO se encontra à disposição); (ii) notificações; (iii) extração de certidões; e (iv) viagens e estadias.

9.6.2. – Caso ocorra a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos da cláusula 9.3 desta Escritura, a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO SUBSTITUTO será a mesma que o AGENTE FIDUCIÁRIO, proporcional aos meses de serviço prestado.

9.7. - Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

No caso de inadimplemento da EMISSORA todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e

as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X. – DA EXECUÇÃO DA FIANÇA PELO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. - Salvo deliberação em contrário da Assembléia dos Debenturistas, na execução da fiança prestada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá observar os seguintes prazos e procedimentos:

(a) verificado o inadimplemento pela EMISSORA no cumprimento de suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o AGENTE FIDUCIÁRIO notificará a GARANTIDORA INTERVENIENTE para que disponibilize, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento de tal notificação, recursos no montante necessário para o cumprimento total das referidas obrigações, acrescidos da Remuneração e encargos moratórios previstos nesta Escritura;

(b) na hipótese de a GARANTIDORA INTERVENIENTE não quitar referidas obrigações dentro do prazo previsto no item anterior ou efetuar um pagamento parcial, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, em nome dos debenturistas, ingressar em juízo para receber os valores pendentes da GARANTIDORA INTERVENIENTE; e

(c) na eventualidade de recebimento de quaisquer valores pelo AGENTE FIDUCIÁRIO com base no disposto nos itens anteriores, sejam eles representativos de um pagamento total ou parcial dos montantes devidos, referidos valores deverão ser distribuídos aos debenturistas no primeiro dia útil imediatamente após o recebimento e os recursos estarem líquidos.

10.2. - Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não repasse aos debenturistas os valores recebidos no prazo previsto no item 10.1. “c” acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá repassar tais valores acrescidos da Remuneração prevista no item 4.3. desta Escritura, e dos encargos moratórios previstos na presente Escritura.

CLÁUSULA XI. - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das Debêntures desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

À Assembléia dos Debenturistas aplicar-se-á ao disposto do artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

11.1. - Convocação

A Assembléia dos Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.2. - Quorum de Instalação

A Assembléia dos Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

11.3. - Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. - Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture em circulação, caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção do estipulado no item 9.5.1. e da modificação das condições das Debêntures, que deverão ser deliberados por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

CLÁUSULA XII. - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. - **Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO**

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

12.2. - **Declarações e Garantias da EMISSORA**

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (c) este instrumento constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o “Prospecto”) contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas, bem como relatório contendo a descrição das atividades da GARANTIDORA INTERVENIENTE e suas informações financeiras no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas

controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

(e) a celebração desta Escritura e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de junho de 2000, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

12.3. - Declarações e Garantias da GARANTIDORA INTERVENIENTE

A GARANTIDORA INTERVENIENTE declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela GARANTIDORA INTERVENIENTE;

(c) este instrumento constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da GARANTIDORA INTERVENIENTE, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o “Prospecto”) contém: (i) todas as informações relevantes em relação à GARANTIDORA INTERVENIENTE e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da GARANTIDORA INTERVENIENTE, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à GARANTIDORA INTERVENIENTE e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à GARANTIDORA INTERVENIENTE foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à GARANTIDORA INTERVENIENTE, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela GARANTIDORA INTERVENIENTE para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

(e) a celebração desta Escritura e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a GARANTIDORA INTERVENIENTE ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da GARANTIDORA INTERVENIENTE ou de suas controladas e coligadas, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) as Demonstrações Financeiras da GARANTIDORA INTERVENIENTE, datadas de 30 de junho de 2000, representam corretamente a posição financeira da GARANTIDORA INTERVENIENTE e de suas controladas e coligadas em tal data e foram

devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) tanto a GARANTIDORA INTERVENIENTE quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na GARANTIDORA INTERVENIENTE ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

CLÁUSULA XIII. - DA DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. - Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA ou da GARANTIDORA INTERVENIENTE prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA ou pela GARANTIDORA INTERVENIENTE nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. - Foro

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (vias) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de dezembro de 2000.

PÁGINA DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA FINÁUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. COM FIANÇA DA FINÁUSTRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., DATADA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2000, CELEBRADA ENTRE A FINÁUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A., FINÁUSTRIA PARTICIPAÇÕES LTDA. E PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

FINÁUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

FINÁUSTRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Testemunhas: